



06/11/2014 - Telesintese

Governo português não se mete na disputa pela Portugal Telecom

Conforme o primeiro-ministro português, o Estado espera que o processo de compra da PT seja tão transparente e competitivo quanto possível.

O governo português não intervirá na disputa pela Portugal Telecom nem se mostrará favorável a nenhum interessado, embora monitore o assunto com atenção devido a dimensão da empresa, disse o primeiro-ministro português Pedro Passos Coelho. Ele disse a jornalistas ontem, 5, que "há diversas empresas que manifestaram o interesse em comprar a Portugal Telecom e algumas quiseram informar previamente o governo (português) do interesse".

"A todas o governo disse: o Estado não interferirá e espera que este processo seja tão transparente e competitivo quanto possível. A Portugal Telecom é

uma empresa privada, não há nenhuma intervenção pública nessa matéria". Mas ele disse que o fato de o Estado não intervir no processo não quer dizer que o governo não acompanhe a situação.

"Sigo com atenção o que se passa com a Portugal Telecom. Acho que o futuro da empresa é importante para a economia, mas vejo que existem movimentos que não partem do Estado, não são influenciados pelo Estado e que não contarão com a intervenção do Estado no sentido de poder ser mais amigo de uns ou de outros", disse o premiê.

06/11/2014 - Telesintese

Anatel registra 2,1 milhões de queixas contra serviços de Telecom em 9 meses

Principal motivo das reclamações continua sendo cobrança indevida, mas a insatisfação com a qualidade sobe e já representa 26% dos registros

De janeiro a setembro deste ano, a Anatel recebeu 2,1 milhões de reclamações de consumidores contra serviços de telecomunicações. Questões envolvendo cobranças ainda é o principal motivo das queixas dos usuários, com 31% das ocorrências, mas a insatisfação com a qualidade dos serviços cresceu e já representa 26% das causas dos registros. Na banda larga fixa, por exemplo, já responde por 56% dos protestos de clientes do serviço.

De acordo com as informações postadas no Portal do Consumidor, da Anatel, 41% das reclamações registradas na agência de janeiro a setembro dizem respeito à telefonia celular, com 893,7 mil anotações. Esse número é proporcionalmente menor que

as 699,4 mil ou 32% do total de queixas contra o serviço de telefonia fixa, que tem muito menos assinantes que a móvel – de 45,8 milhões ante 277,4 milhões de celulares ativos.

No terceiro lugar, estão os registros contra a banda larga fixa, que representam 16% do total de reclamações. Esse serviço conta com 23,4 milhões de assinantes e recebeu 335,4 mil anotações entre janeiro e setembro. Em quarto lugar está o serviço de TV por assinatura com 19,3 milhões de usuários, que gerou 202,8 mil contestações no período, o que representa 11% do total de registros. Outros serviços renderam 21,9 mil anotações.



06/11/2014 - Teletime

Telefônica aprova aumento de capital para comprar GVT

A Telefônica aprovou o aumento de capital para efetuar a compra da GVT, conforme anunciou a companhia em ata publicada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta quinta-feira, 6. A companhia realizou assembleia geral extraordinária nesta mesma data para aprovar o aumento do limite de capital autorizado em 500 milhões de ações, ordiná-

rias ou preferências. Com isso, o estatuto social da empresa também foi alterado, passando do limite de 1,350 bilhão de ações para 1,850 bilhão de ações. A companhia acertou com a controladora da GVT, a francesa Vivendi, a compra da operadora brasileira por 7,7 bilhões de euros em setembro.

06/11/2014 - Portal Vermelho

Roberto Amaral: A imprensa como o principal partido da oposição

Os fenômenos políticos exigem longa e lenta gestação; quase sempre trata-se de gravidez imperceptível. A construção ideológica demanda tempo. Como o fenômeno social, é desenhada, passo a passo, traço por traço. O fato social, embora venha a lume muitas vezes como uma explosão, inesperada, não nasce quando se manifesta: antes, a História lhe cobrou demorada fermentação. Há sempre um fato detonador, a gota d'água, que só é conhecido a posteriori.

Uma crise estudantil na Universidade de Nanterre – provocada pela resistência da reitoria em permitir que rapazes frequentassem os alojamentos das moças, foi o gatilho da irrupção estudantil de 1968, que, partindo de Paris, tomou o mundo. Em entrevista recente a jornal brasileiro, Daniel Cohn-Bendit, o revolucionário daquela época, declara que uma semana antes da "explosão" era insuportável a modorra universitária. Tivemos, recentemente, a "primavera árabe" que terminou sentando-se nos jardins de Wall Street. Mas, no século passado, os melhores exemplos de "irrupção imprevista" são oferecidos pela queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, na verdade conclusões de processos políticos há muito em andamento, correndo as entranhas do socialismo real como o caruncho que silenciosamente devora a árvore.

A chamada ascendência do pensamento conservador, que surpreendeu os desavisados na manifes-

tação eleitoral de direita que tomou conta de setores ponderáveis das camadas médias de São Paulo e de outras cidades, também não é filha do acaso, embora não atenda a uma necessidade histórica, o que poderá decretar a brevidade de sua existência.

Mas a semente foi plantada e está sendo bem regada.

Trata-se de fenômeno que vem sendo trabalhado há anos. Nada é fruto do acaso ou efeito sem causa.

Há décadas – desde os idos da ditadura e malgrado ela – sociólogos da comunicação e outros pesquisadores preocupados com a política vêm tentando alertar o pensamento liberal sobre as consequências, já antevistas naquela altura – da ação ideológica goebeliana dos meios de comunicação, de especial os meios eletrônicos, sobre as massas. Notadamente quando o sistema, caso brasileiro, caracteriza-se pela concentração empresarial e o monopólio ideológico.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Assim, a questão posta na mesa, já então, ia para além da denúncia do oligopólio que controla as empresas de comunicação no país (quatro a cinco famílias) e de seu significado para a gestão democrática da cultura e da informação; tratava-se de pôr a nu – tarefa de fácil demonstração – o monopólio do conteúdo dos meios, presos ao discurso único, uma das expressões mais contundentes do autoritarismo. Os liberais, que sempre defenderam a liberdade das empresas (de seus donos) pensando que defendiam a liberdade de imprensa, não cuidaram de defender a liberdade de opinião, inexistente, se não há diversidade ideológica. E na imprensa brasileira não há.

Aqui se casam dois fenômenos gratos ao autoritarismo. De um lado, a concentração de empresas, de início imposta pelo capitalismo financeiro-monopolista; a redução do número de meios e dos veículos, impondo as cadeias nacionais de rádio, de televisão e de jornais, centralizando as fontes de opinião e informação, assegurando o monopólio ideológico – facilitado ademais, pelo desenvolvimento tecnológico que impediu ou reduziu a concorrência a um jogo entre poucas empresas donas dos veículos sobreviventes. As indústrias jornalísticas passaram a depender, fundamentalmente, de investimentos maciços de capital, enquanto a produção intelectual passou a ter custo irrelevante, com a emissão em rede ou em cadeia e a reprodução nacional do material gráfico gestado no centro hegemônico.

Hoje, neste país de extensão continental e de extraordinária diversidade cultural e regional, possui nossa população apenas algo como três jornais nacionais (ditando a pauta dos demais), umas poucas cadeias de rádio (operando em nível nacional), algo como quatro redes nacionais de televisão (expulsas as programações locais) e uma só informação, e uma só orientação ideológica, porque os meios periféricos reproduzem o pensamento dos meios centrais, produtores, que articulam e distribuem a mesma visão ideológica. A saber, o ideário de direita.

Esse pensamento único, destilado diariamente por todos os veículos e por todos os meios, nas reportagens, nos artigos, nos editoriais, nos noticiários, no entretenimento, haveria de ter resposta no comportamento da opinião pública (que já se diz "opinião publicada") e atingir profundamente as ca-

mas urbanas e nelas principalmente os segmentos superiores das diversas classes médias que, eleição após eleição, vêm se apartando do voto progressista. Mas a esses setores, que conservam poder de influência sobre os demais estratos sociais, não ficou adstrita, prova-o a votação que nesta eleição, um recorde desde 2002, obteve o candidato da direita à presidência da República.

Se é verdade que as grandes massas apoiaram, majoritariamente, a candidatura progressista de Dilma Rousseff, não é menos verdade que a votação de Aécio Neves compreende setores que vão muito além das classes-médias. Embora assumindo os interesses da burguesia e do grande capital, a candidatura do PSDB conquistou segmentos expressivos das camadas populares, de trabalhadores e assalariados em geral, que, por óbvio, se identificaram com seu discurso reacionário, e assim votaram contra seus próprios interesses.

A exegese do fenômeno deixo para os doutos. Nos limites deste artigo apenas pondero que entre as muitas com-causas – fragilidade das organizações populares, fracasso político dos partidos de esquerda no poder, crise do sindicalismo, desmoralização da política, e mais isso e mais aquilo – há que se considerar o papel ideológico dos meios de comunicação de massa.

Essas considerações me ocorreram após assistir a vídeo sobre manifestação de sábado último na Avenida Paulista (SP), nos pilotis do Masp. Na melhor escola fascista, a provocação política associa a violência oral à brutalidade física, cenas que podem ser conferidas neste vídeo (ver aqui).

Não se trata de ato trivial, nem isolado. Fatos como este não haviam sido vistos no Brasil nem mesmo durante os duros embates de 1963-1964, na meticulosa preparação do golpe de 1º de abril. Naqueles idos, é sempre bom lembrar, a grande imprensa foi fator decisivo na desestabilização do governo João Goulart e na construção do discurso aglutinador das oposições, que logo transitaria para a defesa pura e simples da intervenção militar. E naqueles anos a imprensa ainda não era um oligopólio de poucas empresas, nem haviam as redes e as cadeias nacionais, recurso que facilitaria a mobilização popular e a construção de um clima antigoverno.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Nos nossos dias, a imprensa transformou-se no principal partido da oposição, oposição que se instala nos primórdios do governo, atravessa seus primeiros três anos, se fortalece na campanha eleitoral e, finda esta, não ensarilha as armas: mantendo hoje o combate de sempre, e crescentemente mais aguerrido, faz oposição a um governo que sequer se instalou!

Está à vista o conluio entre a direita partidária e os meios de comunicação visando à desestabilização do governo, na tentativa, quase desesperada, de criar clima emocional para o pleito do impeachment, pois, a partir dele, todas as cartas podem ser jogadas. Há perfeita confluência entre o pedido de recontagem dos votos formulado oficialmente pelo PSDB, a postulação absurda e antirrepublicana do impeachment, e os atos de 1.º de novembro na capital paulista.

06/11/2014 - Altamiro Borges

Miséria da mídia e menino diferenciado

Os jornais de quinta-feira (6/11) destacam os números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais a miséria deixou de cair no Brasil entre 2012 e 2013.

O assunto está nas primeiras páginas, mas é manchete apenas no Globo. Diz o seguinte: "Número de brasileiros na extrema pobreza aumenta". Na linha fina, logo abaixo, o tom é mais ameno: "Pela primeira vez desde 2004, miséria parou de cair em 2013". O jornal não explica a diferença entre "aumenta" e "parou de cair".

Esse é um exemplo simples do "jornalismo impressionista" ao qual nos referimos neste posto de observação na quarta-feira (5, ver aqui): olhando-se apenas a manchete, chega-se à conclusão apressada de que a miséria aumentou no Brasil; lendo-se a linha fina, o leitor começa a entender que não é bem assim; ao enxergar o quadro inteiro, compreende-se que há certa manipulação das informações. Mas em todos os gráficos aparece um dado relevante, que a imprensa vinha omitindo na última década: o processo consistente de redução da pobreza no período de aplicação do modelo econômico que prioriza a mobilidade social.

Agora, para entender como se cria o efeito

Nas manifestações paulistanas o analista encontrará todos os elementos clássicos do fascismo: anticomunismo arcaico, xenofobia, preconceito regional, exaltação do militarismo (surge até um "Partido Militar Brasileiro") e da violência, defesa da ditadura, ódio disseminado, desprezo pela democracia e profundo desrespeito à soberania popular. Os cartazes anunciam seu programa: intervenção militar como reprimenda a um povo que "não sabe votar". O vídeo revela que o público da manifestação é formado, em sua esmagadora maioria, por jovens (e até crianças) de classe-média bem posta.

Sem comparações forçadas ou ilações ou previsões, lembro que na Alemanha nazista também foi assim: o maior campo de ação da propaganda nazista foi a classe média.

É preciso fazer gorar o ovo da serpente.

"impressionista" nos olhos do leitor, basta observar, como faz uma especialista entrevistada pelo Estado de S.Paulo, que, ao produzir a notícia, a imprensa despreza a margem de erro estatístico, dado relevante em outras pesquisas, como as de intenção de voto.

Os jornais escolhem o único elemento negativo do levantamento e fazem dele o centro do noticiário, calculando como única referência de pobreza a renda individual em relação ao preço de uma cesta básica de alimentos – o fato é que a miséria real vem sendo combatida com programas que não são considerados pelas reportagens.

Então, vejamos outro aspecto das escolhas editoriais: o Estado monta seu gráfico com base no período de 2003 a 2013; o Globo escolhe o período de 2004 a 2013; e a Folha estende a análise desde o ano de 1992 até 2013.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2014/11/miseria-da-midia-e-menino-diferenciado.html>



06/11/2014 - Rede Brasil Atual

Pnad mostra desemprego menor, formalização maior e desequilíbrios

Dados do IBGE apontam diferenças entre as regiões, mas diminuição da desigualdade em relação a 2013. Em 12 meses, país tem 1,5 milhão de ocupados a mais e 500 mil desempregados a menos

A taxa média de desemprego no Brasil caiu no segundo trimestre para 6,8%, ante 7,1% no primeiro e 7,4% em igual período do ano passado, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada hoje (6) pelo IBGE. Na comparação com o segundo trimestre de 2013, o país tem 1,495 milhão de ocupados a mais, um total de 92,052 milhões, e 504 mil desempregados a menos, um número estimado em 6,767 milhões.

A pesquisa mostrou ainda crescimento do emprego formal. No segundo terço do ano, 78,1% dos empregados do setor privado tinham carteira assinada, ante 76,4% em 2013. O número foi estimado em 36,880 milhões, crescimento de 5,1% nesse período – 1,799 milhão a mais. Os sem carteira caem 4,9% (menos 530 mil), para um total de 10,316 milhões.

Os resultados também mostram desequilíbrios por região. No item carteira assinada, por exemplo, enquanto a média nacional é de 78,1%, o índice chega a 85,6% no Sul e a 63,7% no Nordeste, atingindo 83,2% no Sudeste, 77,3% no Centro-Oeste e 65,6% na região Norte. Mas embora o índice seja menor no Nordeste, foi aquela região que apresentou maior crescimento em comparação com o segundo trimestre do ano passado: 10,4%. O Sudeste cresceu 4,3% e o Sul, 4,2%.

A taxa de desemprego (6,8%) também mostra variações regionais. Vai a 4,1% no Sul e a 8,8% no Nordeste, chegando a 5,6% no Centro-Oeste, 6,9% no Sudeste e 7,2% no Norte. Mas a maior redução também é do Nordeste, onde a taxa chegava a 10% de abril a junho de 2013.

Da população em idade para trabalhar (quase 162 milhões de pessoas), 61,1% (98,8 milhões) formam a força de trabalho, entre ocupados e desempregados, e 38,9% (62,9 milhões) estão fora. Esse último dado chega a 43,1% no Nordeste e a 34,8% no Centro-Oeste. "Esta configuração não se alterou significativamente ao longo da série histórica", diz o IBGE.

As mulheres representam 66,5%. "Em todas as regiões o comportamento foi similar. Aproximadamente um terço (34%) da população fora da força de trabalho era idosa (com 60 anos ou mais de idade). Aqueles com menos de 25 anos de idade eram 29,2% e os adultos (25 a 59 anos) eram 36,8%."

E entre os 92 milhões de ocupados, 70,2% eram empregados e 4,1%, empregadores. Outros 22,9% eram trabalhadores por conta própria.

O número de trabalhadores domésticos foi estimado em 6,003 milhões, sendo 68,3% sem carteira. Esse percentual era de 69,2% um ano atrás.